



Descentrar o Tempo, Reescrever o Brasil: Nego Bispo e as Temporalidades Insurgentes

Decentering Time, Rewriting Brazil: Nego Bispo and Insurgent Temporalities

Dossiê: intérpretes do Brasil

Marcos Paulo Torres Pereira*

ORCID: 0000-0001-7769-7940

E-mail: marcospaulo@unifap.br

Emerson Luisi Damasceno Picanço**

ORCID: 0009-0001-6628-2675

E-mail: buryty@yahoo.com.br

Rosivaldo da Silva Gomes***

ORCID: 0009-0000-9328-2681

E-mail: dicalucis@gmail.com

Recebido: 30/11/2024

Aprovado: 10/05/2025

Resumo:

Possuidor de um pensamento responsivo e uma das principais vozes do movimento quilombola no Brasil, Antônio Bispo dos Santos, ou Nego Bispo como ficou mais conhecido, é responsável pela elaboração de uma reflexão crítica baseada na valorização da ancestralidade africana, da cultura quilombola e da resistência contra os sistemas de opressão históricos e contemporâneos. Para ele, o quilombo não é apenas um espaço físico de refúgio, mas um conceito político, social e cultural que expressa modos de vida antagônicos ao sistema capitalista e colonial, de forma que os quilombos representam um projeto civilizatório alternativo, construído a partir da autonomia, da coletividade e da harmonia com a natureza. Ao classificar a colonialidade como a persistência das estruturas e mentalidades coloniais nas sociedades modernas, que não apenas invadiu territórios físicos, mas também impôs epistemologias que subjuguem os saberes e práticas de povos originários e afrodescendentes, Nego Bispo propõe o resgate e a valorização dos saberes ancestrais como forma de resistir e construir novos paradigmas através do reconhecimento de que os saberes produzidos nos quilombos é legítimo e fundamental para enfrentar as crises sociais e ambientais contemporâneas. Sua crítica de que o desenvolvimento promovido pelo capitalismo e sustentada pelo Estado é incompatível com a preservação da vida, pois está alicerçado na exploração desenfreada dos recursos naturais e na desigualdade social, é um segundo aspecto importante de seu pensamento, que em contrapartida propõe o fortalecimento dos sistemas de vida quilombolas, fundamentados na relação confluyente e equilibrada entre o humano e o ambiente, através de uma economia baseada na partilha e no bem-estar coletivo.

Palavras-chave:

Contracolonial; Quilombos; Resistência; Nego Bispo

*Professor do Mestrado Profissional em Sociologia (ProfSocio); Professor do Mestrado em Letras (PPGLET) e de Literaturas em Língua Portuguesa no Curso de Licenciatura em Letras Português e Inglês pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordena o Núcleo de Pesquisa Pós-Coloniais - NePC/UNIFAP. Áreas de experiência em Letras, com ênfase em estudos sobre identidades narrativas, memória, estudos pós-coloniais, decoloniais e contracoloniais, e cosmopolíticas amazônidas.

**Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (Em curso). Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação - UnB/ENS. Especialização em Gestão Urbana - UNIFAP, Licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais - UNIFAP. Pesquisador do grupo de pesquisa do Núcleo de pesquisa Pós-Coloniais - NePC/UNIFAP. Bolsista CAPS. Áreas de experiência em Sociologia, com ênfase em sociologia, estudos pós-coloniais, relações étnico-raciais, juventude, sistema socioeducativo.

***Rosivaldo da Silva Gomes é Dinho Paciência, mestrando do Prof História pela Universidade Federal do Amapá; Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior do Amapá; Especialização em For. Soc. Eco. do Brasil – Universidade Salgado de Oliveira; Bacharel e Licenciado em História – Universidade Federal do Pará

Abstract:

Possessing a responsive mindset and one of the main voices of the quilombola movement in Brazil, Antônio Bispo dos Santos, or Nego Bispo as he is better known, is responsible for developing a critical reflection based on the valorization of African ancestry, quilombola culture and resistance against historical and contemporary systems of oppression. For him, the quilombo is not just a physical space of refuge, but a political, social and cultural concept that expresses ways of life that are antagonistic to the capitalist and colonial system, so that quilombos represent an alternative civilizing project, built on autonomy, collectivity and harmony with nature. By classifying coloniality as the persistence of colonial structures and mentalities in modern societies, which not only invaded physical territories but also imposed epistemologies that subjugate the knowledge and practices of indigenous peoples and Afro-descendants, Nego Bispo proposes the recovery and valorization of ancestral knowledge as a way of resisting and building new paradigms through the recognition that the knowledge produced in quilombos is legitimate and fundamental to confronting contemporary social and environmental crises. His criticism that the development promoted by capitalism and supported by the State is incompatible with the preservation of life, as it is based on the unbridled exploitation of natural resources and social inequality, is a second important aspect of his thinking, which in turn proposes the strengthening of quilombola life systems, based on the confluent and balanced relationship between humans and the environment, through an economy based on sharing and collective well-being.

Keywords:

Countercolonial; quilombos; resistance; Nego Bispo.

A história do Brasil foi construída sob o signo da colonialidade, em diálogo com a produção historiográfica ocidental estabelecida a partir de uma temporalidade europeia, linear e homogênea, que toma para si caráter hegemônico no qual acontecimentos são apresentados sob a lógica da branquitude, numa perspectiva que silencia e invisibiliza outros modos de sentir e viver.

Ainda assim, persiste em manuais escolares a narrativa de uma expansão marítima e comercial na qual homens brancos são descritos como desbravadores, corajosos heróis, protagonistas de uma missão “civilizatória” que domaria os povos vistos como atrasados, levando-lhes cultura, trabalho e deidade, consolidando seu modo de viver como a única forma legítima de alcançar o “bem-estar” (Machado, 2012), num discurso que restringiria a presença africana à condição de força de trabalho, representada como mercadoria valiosa e mão de obra ideal para sustentar a lógica econômica colonial.

O processo de colonização forjou estereótipos sobre os povos africanos, estabelecendo alicerces que justificariam a escravidão, o genocídio e o epistemicídio (Penteaddo, 2022) a eles impostos. Tal processo visava apagar qualquer traço de suas filosofias, tecnologias, saberes, crenças, sentimentos e relações ancestrais que lhes permitissem resistir ao projeto colonial, gerando distorções historiográficas cujas consequências reverberam diretamente na percepção social e cultural, reforçando a supremacia de um modelo de organização social eurocêntrico. Contudo, diante desse cenário de extrema violência, os filhos e filhas de Ananse surgem como uma evidência de que o processo de destruição e subjugação falhou: embora tenham chegado a este território apenas com seus corpos, carregam, na bagagem de suas memórias, os elementos fundamentais que preservam sua identidade.

Dessa forma, as trajetórias das nações quilombolas ao longo da história do Brasil não se restringem a espaços físicos de refúgio, pois simbolizam resistência ao colonialismo e à escravidão, espaços de resistência ativa e de luta pela liberdade em toda diáspora africana nas Américas, onde africanos escravizados e seus descendentes encontraram formas de recriar, ou reeditar, o que violentamente foi arrancado, suas culturas, religiões, idiomas e modos de vida. Para além de refúgio de negros fujões, os quilombos configuraram-se como territórios de reinvenção social, imaginária, simbólica e política, espaços que constituem uma afirmação de identidade que desafia e subverte as estruturas de poder fundadas em uma epistemologia eurocristã monoepistêmica, representando contraposição a uma lógica que interfere e manipula as existências comunitárias conforme os interesses coloniais, enquanto afirmam modos de vida em harmonia com a natureza (Santos, 2023, p. 30).

Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, líder quilombola, pensador e ativista, formado por mestres e mestras da tradição oral, emerge desse ato discursivo como voz potente na defesa da ancestralidade e na construção de um pensamento contracolonial¹, manifesto em suas ideias, obras e atuação, reivindicando cosmologias e ancestralidades afropindorâmicas² que evocam a representação e a simbólica dos quilombos como modelos de organização política e filosófica, capazes de propor um projeto de nação fundamentado na ancestralidade e na coletividade.

Atendendo a um apelo responsivo, o conceito de nação quilombola elaborado por Nego Bispo é um chamado à solidariedade, à confluência, entre as comunidades negras e marginalizadas no Brasil e no mundo, não apenas em caráter de reivindicação de direitos territoriais, mas também com a recuperação de uma memória coletiva que se tentou distorcer ou apagar pelas empresas coloniais.

Como *griot* que nos conta que viver de forma distinta daquela que o espírito capitalista e colonial nos impõe não apenas é uma possibilidade, mas também uma experiência profundamente enriquecedora, as palavras de Antônio Bispo propõem olhar para o mundo a partir de um lugar que abarque todos os aspectos da vivência

¹A perspectiva contracolonial representa uma renovação epistemológica que rompe com a concepção de mundo que dá voz apenas aos dominantes, ao envolver uma pluralidade de outras vozes, antes silenciadas, que lutam para se fazer ouvir como constituintes de identidades e alteridades. No cerne desta abordagem está a noção de que a tradição oral quilombola transcende a simples narração de eventos, à medida que as experiências comunitárias são ressignificadas em ato performativo, em rito de resistências e de reafirmação de cultural. Uma das premissas norteadoras dessa ideia é que ela não se confunde com o movimento decolonial, pois os quilombos nunca aceitaram as cosmologias impostas, as simbólicas destinadas a capturá-los, e as crenças que procuravam convencê-los de sua inferioridade, fraqueza ou feiura; ao contrário, ancoravam-se na ciência de sua própria imagem para resistir, sustentando-se na recusa dessas imposições e na reafirmação de identidades próprias e autônomas. Enquanto o discurso colonial busca capturar a imagem do colonizado, transformando suas expressões estéticas, crenças, memória e mentalidade em estereótipos para lhes impor uma condição de inferioridade, forçando a ressignificação da identidade do Outro, a concepção contracolonial se alinha com os povos quilombolas e com aqueles que se recusaram a ser apagados pela sanha colonial, como forma de resguardo e proteção de sua existência. (Pereira, 2024, p. 92)

²Naquilo que define como “guerra das denominações” (2015, p. 55), Nego Bispo utiliza o termo afro, em referência à diáspora africana, seguido do termo tupi-guarani Pindorama (Terra das Palmeiras), com o intuito de “contestar a denominação forjada pelos colonizadores” (Idem, p. 27), empregada para designar durante a dominação imposta pela empresa colonial os territórios da atual América do Sul.

humana, ressignificando experiências que se encontram em narrativas de vida norteadas por uma cosmovisão que revivifica tradições, crenças, memórias e mentalidades de povos indígenas e afrodescendentes, numa abordagem que desafia a hegemonia do sistema colonial eurocêntrico, o qual tende a favorecer uma visão de mundo específica e limitada, dividindo, organizando e alocando saberes e conhecimentos em construções de sentido.

Bispo apresenta perspectiva que acaba por evocar uma espécie de organicidade em seus ensaios, que envolveria o ser, sua oralidade e suas histórias, já que seu relato se tornaria a narrativa de sua própria vida. Essa abordagem denota uma potência criadora da linguagem, conduzindo à reescrita, à reinvenção e ao redescobrimento do mundo, porque é por meio de histórias que a experiência cosmológica que lhe é ulterior torna-se gerativa de confluência, móbil de energias para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. (Pereira, 2024, p. 89)

Este projeto compreende as diferenças nos conteúdos organizativos e nos sistemas de regramento das matrizes eurocristãs monoteístas e afropindorâmicas, que revelam dinâmicas profundamente distintas: enquanto a tradição ocidental fragmenta o coletivo e segmenta as funções, as matrizes contracoloniais politeístas integram o indivíduo ao todo comunitário e cósmico, reconhecendo-o como parte indissociável desse sistema maior (Santos, 2015, p. 40).

Essa diferenciação é central para interpretar o conceito de confluência desenvolvido por Nego Bispo em *Colonialismo, Quilombos: Modos e Significações* (2015) e ampliado em *A Terra Dá, a Terra Quer* (2023) que, longe de representar uma simples justaposição de culturas, emerge como processo dinâmico que respeita a autonomia e a integridade de cada sistema cosmológico, político e cultural, em articulação que reconhece a diversidade sem hierarquizá-la, reafirmando o direito à diferença e à manutenção de formas de vida orgânicas e autônomas. Rejeitando a lógica de fusão e assimilação, típica das narrativas coloniais, a confluência propõe a coexistência de modos de vida distintos que compartilham espaços e saberes, preservando suas especificidades e promovendo trocas respeitosas.

A significação atribuída à confluência está intimamente ligada à análise proposta por Bispo sobre a contracolônização, um movimento que visa desarticular as estruturas e narrativas coloniais que ainda sustentam as desigualdades sociais e epistemológicas, que não se limita a uma resistência ao colonialismo, todavia, sobretudo, afirma a centralidade das cosmologias e práticas originárias e africanas. Dentro desse quadro, a confluência oferece uma perspectiva de um mundo em que os sistemas coloniais não sejam mais os mediadores hegemônicos das relações sociais.

A contracolônização, assim, se configura como um movimento de defesa identitária, de reconhecimento e valorização das formas autônomas de organização das populações originárias e afrodescendentes, “que se manifesta numa leitura de mundo evocadora de moldes estéticos, políticos, sociais e religiosos diferentes dos impostos pelo colonialismo” (Pereira, 2024, p. 92), reafirmando suas possibilidades de existência além das restrições impostas pelo colonialismo.

Propomo-nos neste estudo estabelecer uma conexão entre a concepção de Mestre Nego Bispo e a simbologia de Ananse³, a deidade aranha que tece redes e histórias na cosmologia dos povos africanos, evocando uma continuidade que atravessa o Atlântico e se reconfigura no território brasileiro, tomando como móbil a metáfora de suas teias de histórias como simbólica de resistência, de pertença, memória e criação das populações negras em luta contínua contra a opressão colonial e suas consequências.

Defendemos o papel de Mestre Nego Bispo como um intérprete e articulador de um Brasil que ressignifica sua própria historicidade, rompendo com as amarras da narrativa eurocêntrica e acolhendo uma lógica temporal afrocêntrica que, além de descentralizar o protagonismo branco, expõe os mecanismos sutis e explícitos de exclusão que sustentam a colonialidade do poder, do saber, do sentir e do ser, subvertendo a história colonialista, aquela que silencia e apaga corpos, culturas e vozes negras, impondo uma linearidade que desconsidera as múltiplas temporalidades e experiências históricas presentes no território brasileiro.

Essa outra perspectiva narrativa implica em processo de ressignificação das relações sociais, possibilitando a emergência de outras formas de organização e pertencimento, pautadas na coletividade e na ancestralidade, propondo uma alternativa analítica que valoriza as variações históricas e culturais, promovendo o reconhecimento da diversidade e a construção de novas epistemologias, pois permite pensar as interações entre diferentes sistemas culturais como processos dinâmicos de troca e aprendizado mútuo.

Nesse sentido, tais narrativas se configuram também como um espaço de troca e acolhida, de pertença e identidade, de produção de sentidos, que se projeta em comunidade. As histórias contadas ao redor da fogueira não são meros relatos de um tempo que passou, e sim componentes vivos de uma cosmovisão que integra o passado, o presente e o futuro numa continuidade temporal que desafia rupturas, numa outra manifestação e compreensão de tempo, pois a concepção desse contínuo é vital para a manutenção da memória e da identidade quilombola, partícipe do envolvimento, no qual cada indivíduo é simultaneamente guardião e transmissor de saberes ancestrais. (Pereira, 2024, p. 90)

Ao propor uma outra forma de pensar o tempo e a memória, Mestre Bispo destaca a potência dos quilombos enquanto espaços de resistência ativa – insistimos! – e de criação de novos modos de existir, que capturam os fios da história e os ressignificam em complexa trama, tecida por sujeitos que exercem agências profundas e transformadoras, revisitando o passado sob uma perspectiva que valorize a oralidade, os saberes ancestrais e as cosmologias afropindorâmicas como fontes legítimas de conhecimento, rompendo com o epistemicídio promovido pela narrativa oficial.

A cosmologia e a ancestralidade africanas, simbolizadas pelas teias de Ananse, revelam a continuidade histórica e cultural que conecta o continente africano à diáspora,

³Ananse, como arquétipo de sabedoria e de reinvenção, sugere um modo de pensar o tempo e a história que rompe com a linearidade eurocêntrica e reivindica a pluralidade temporal dos saberes afrodiaspóricos. Sobre o tema, recomendamos a tese de Zélia Amador de Deus (2008); o estudo “Tramas de Anansi: Identidade Narrativa em *O Vendedor de Passados*”, de Marcos Paulo Torres Pereira (2019); e *Ananse: educação, sociedade e práticas educativas*, de Adilbênia Freire Machado (2024).

especialmente no Brasil. Essas teias, mais do que simples metáforas, expressam uma lógica de existência onde o corpo é, simultaneamente, memória e interação, carregando em si a história coletiva e os vínculos comunitários... Os corpos se tornam espaços de confluência, em que identidades se encontram e se fortalecem em sincronia, resistindo às forças coloniais que tentam apagá-las. Esse conceito nos convida a pensar uma historicidade que transcende os registros escritos, valorizando outros modos de transmissão de saberes e experiências, afinal, como afirmam Mazrui e Ajay (2010), “a história não é feita pelos historiadores, mas pela sociedade”, assim como a interpretação das sociedades não deve ser monopólio daqueles que segregam e compartimentalizam no afã de controle, e sim um empreendimento coletivo que emerge da vivência, da experiência e da memória social.

A branquitude busca aprisionar a temporalidade e a simbólica dos corpos negros, reduzindo-os ao período da escravidão, marcado por violência física, religiosa, conceitual, simbólica, política e histórica, em uma condição limite de existência que impõe desumanização, dor e distanciamento de tudo que carrega significado e pertencimento (BARRETO, 2021). No entanto, as histórias de Ananse, o Deus Aranha, ecoam uma lógica temporal negra que ressoa espíritos e memórias insurgentes, cujas narrativas, como defendido por Nego Bispo, desafiam a linearidade ao privilegiar uma circularidade temporal e performática⁴, propondo um Brasil plural. Nesse movimento, resgatam o protagonismo dos corpos negros como afirmação de identidades que são, em si mesmas, atos de insurgência que não se limitaram à condição imposta pela escravidão, e sim reafirmam a potência vital que lhes é própria e inalienável, sustentada por memórias, saberes e práticas ancestrais.

Ao descentrar o protagonismo branco e colocar as culturas negras no centro do processo de construção histórica, não se trata apenas de uma inclusão simbólica, mas de uma reestruturação radical das bases em que se sustenta esse saber. Nessa construção epistêmica, Ananse, como tecelã de histórias, simboliza uma rede cujas urdiduras promovem encontros de corpos⁵, experiências e apreensões de mundo, entrelaçando saberes, sentimentos, memórias e narrativas, numa rede que não apenas conecta, mas também sustenta as lutas pela existência e pela organização coletiva, reafirmando a importância de uma escrita histórica que reconheça e celebre essas confluências como atos de resistência e criação.

⁴A noção de “começo-meio-começo”, proposta por Bispo, ao contrário da linearidade temporal imposta pela visão europeia (começo-meio-fim), implica uma concepção de tempo de maneira contínua e circular. Nesse paradigma, a oralidade, enquanto forma de sabedoria milenar, circula entre os confluente, sendo perpetuada e transmitida através de gerações (Santos, 2023) que se encontram e reencontram nas permanência de suas histórias.

⁵Bispo testemunha exemplo dessas urdiduras geradoras de encontros e confluências: “Eu fui em Nova York, era para ter ido com a Gilvânia, não deu certo porque o sistema bloqueou. Lá eu fiz uma fala de 3 minutos, quando terminei, saiu um deputado africano gritando atrás de mim, em inglês e eu não entendi, perguntei o que ele estava dizendo – Ele está lhe chamando de meu grande avô. Como um deputado africano me vê pela primeira vez, e me chama de avô? É porque nós estamos misturados embora não estejamos juntos. Porque a gente se mistura pela cosmologia. (Santos; Silva, 2022, p. 100-101)

A cosmologia é tecida e perpetuada nas teias de Ananse por suas herdeiras e herdeiros, nas quais se encontram as bases para a construção de coletividade e de sua própria continuidade através de festejos, devoções, rodas e giras, gracejos e causos, formas de resistência que se consolidaram como respostas diretas à desumanização e à invisibilidade sofridas pelas populações negras. É essa teia de saberes e práticas⁶ que constitui a base dos movimentos coletivos, especialmente do movimento negro, o qual, como defende Deus (2008), se constrói de maneira contínua ao longo da história, refletindo a luta e a organização dos negros desde o período colonial até os dias atuais.

Neste sentido, Bispo tece o conceito de transfluência para definir uma construção teórica profundamente enraizada nas cosmologias quilombolas e no enfrentamento às lógicas colonialistas, se opondo à noção de influência, que pressupõe um fluxo unilateral e hierárquico de saberes e práticas culturais de um grupo dominante para outros considerados subalternos, reconhecendo, por outro lado, a circularidade e a reciprocidade das relações de troca entre diferentes conhecimentos, práticas e modos de existência entre não afro confluentes, não indígenas, afro confluentes e indígenas (Santos, 2023).

A transfluência desafia a visão colonial que entende as culturas periféricas como meros receptores passivos de valores e saberes hegemônicos, evidenciando, em vez disso, a constante troca, resistência e resignificação nos encontros. Ela reflete os modos de vida quilombolas, alicerçados na coletividade, na convivência harmoniosa e na valorização dos saberes ancestrais, que se mantêm em diálogo com o presente por meio de interações organicamente constituídas. Nesse processo, os quilombos não se limitam a resistir ao colonialismo, mas criam formas de viver e de pensar, as quais são compartilhadas. Essa dinâmica não implica na submissão ou no apagamento das identidades, e sim o resultado na construção de relações plurais em que o saber quilombola contribui para o enriquecimento de outros sistemas de pensamento, transcendendo a ideia de que as epistemologias coloniais são únicas ou universais, ao reivindicar o protagonismo das populações negras e quilombolas na criação de saberes verdadeiramente globais (Santos, 2023, p. 31-32).

A transfluência também se conecta à visão de que o território é *locus* de produção de vida, saber e espiritualidade, no qual se estabelece um diálogo contínuo entre humanos e natureza onde o respeito às dinâmicas naturais e culturais é central. A transfluência, portanto, é um convite à revisão das relações de poder e conhecimento, em que se propõe uma sociedade que valorize o *pluriverso* de saberes, modos de ser e existir, em oposição às monoculturas de pensamento impostas pela modernidade colonial.

⁶Barreto (2021) explica que as práticas de resistência, originadas nos Quilombos e nas comunidades negras durante o período escravocrata, foram constantemente atualizadas e adaptadas ao longo do tempo, refletindo a capacidade de reconfiguração das formas de luta e organização social em resposta às mudanças históricas e políticas.

Nego Bispo concebe o quilombo como uma interpretação de Brasil e como uma prática de mundo, como modo de ser e estar, como produção de conhecimento enraizada na ancestralidade africana e na relação sustentável com o meio ambiente, a terra deusa, espaço que habita “uma força vital que integra todas as coisas” (Santos, 2015, p. 41), que promove uma ação integrativa poderosa entre o humano e a natureza, agraciada por deuses e deusas, que engendra e mobiliza as condições materiais de existências necessárias para a vida fluir, mediante perspectiva que transcende a ideia de resistência passiva em cosmovisão ativa e criadora que se opõe às lógicas excludentes do sistema colonial e capitalista.

A identidade quilombola vai além da luta por direitos, afirmando uma maneira de existir que recusa as imposições do sistema colonial, uma contraposição confluindo em defesa de modos de vida baseados na solidariedade, na espiritualidade e na convivência orgânica com a natureza, projeto político baseado na confluência entre os diferentes que desafia as fronteiras e categorias impostas pelo colonialismo monoteísta eurocristão.

Deus (2008) argumenta que Ananse desempenha um papel fundamental na conexão entre os povos, sendo essencial para a compreensão dos “Brasis invisíveis”, mas ainda presentes na voz de Nego Bispo. Diferentemente do que a história oficial tentou classificar, conceituar e caracterizar, as mulheres e os homens que chegaram ao Brasil carregaram em seus corpos as entrelaçadas teias ancestrais, que alimentam a resistência coletiva a que Bispo (2023) recorreu em sua abordagem contracolonial para tratar aos saberes transmitidos por gerações, especialmente por meio da oralidade das avós, para reafirmar a centralidade da ancestralidade.

É uma raiz sentimental, sentimento de pertencimento que cria, recria, atualizando-se na universalidade, a partir de um contexto, manifestando-se nos costumes e nas tradições, com grande aporte na memória grupal e individual, manifestações materiais e imateriais, especialmente no seu fortalecimento pela identidade e preservação, pela integração e sua cultura. (Machado, 2012, p. 10)

A compreensão do poder da palavra e sua importância na resistência ao colonizador leva Nego Bispo (2023, p. 13) a afirmar que é necessário “semear palavras”, pois é por meio delas que a colonização também se impõe. Nesse contexto, Bispo propõe reverter a força das palavras dos colonizadores, enfraquecendo-as e, ao mesmo tempo, fortalecendo as palavras africanas que foram silenciadas e subjugadas. Ele se opõe diretamente à academia, que constrói conceitos e categorias analíticas para definir os povos que foram subjugados ou alvo de tentativas de subjugação, porque o combate ao adestramento imposto pela colonialidade só será eficaz se utilizarmos uma das armas que lhe são mais poderosas, as denominações/conceitos, de tal modo que se proponha o início de uma “guerra das denominações”, um movimento que vise desconectar-se do universo colonial e reivindicar a autonomia semântica e cultural.

Vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra *desenvolvimento*, porque a palavra boa é envolvimento. (Santos, 2023, p. 13-14)

O pensamento de Nego Bispo, propondo ruptura cosmológica, desafia as bases do conhecimento ocidental, insistindo na importância de olhar para os saberes produzidos pelas comunidades quilombolas como legítimos e potente de simbólicas, ciências e cosmopolíticas, que se opõem às práticas acadêmicas e políticas que insistem em enquadrar esses saberes em moldes eurocêntricos. A reflexão proposta por Mestre Bispo revela uma distinção fundamental entre a ideia de importância e necessidade nas relações humanas:

Enquanto o povo da cidade se sentia muito importante, eu, por minha vez, me sentia necessário. Eles, porém, não me viam como necessário, me via como alguém útil. Para eles eu era um servidor, um serviçal. Eu era útil, mas poderia ser substituído porque não era necessário. Percebi que o povo da cidade tinha relações de utilidade e importância, mas não tinha relações de necessidade. Para nós, a pessoa que é importante não é quase nada. É aquela pessoa que se acha ótima, mas não serve. O termo que tem valor para nós é o *necessário*. Há pessoas necessárias e há pessoas que não são importantes. As pessoas que não são importantes acham que as outras pessoas existem para servi-las. As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta. Pessoas que precisam estar presentes, de quem se vai atrás. (Santos, 2023, p. 24)

Enquanto a sociedade urbana valoriza relações de utilidade, onde o indivíduo é visto apenas como um meio para um fim, as comunidades quilombolas e indígenas, por outro lado, nos ensinam o valor do “necessário”, daquele que é imprescindível para o bem coletivo e que mantém uma conexão profunda com o mundo ao seu redor. Nesse contexto, o conceito de *ser compartilhante* é essencial, pois nos remete a uma forma de existir que transcende a utilidade e nos insere em um tecido de relações orgânicas e espirituais.

Carvalho (2015), ao analisar o papel de Nego Bispo no processo historiográfico nacional, destaca sua importância como uma voz contracolonial frente à representação estilizada do Brasil, ressaltando que ele não apenas denuncia as desigualdades históricas, mas apresenta uma outra concepção de Brasil, uma realidade ainda marginalizada e não reconhecida nos espaços acadêmicos. Em consonância com essa crítica, Zélia Amador de Deus (2008) propõe uma alternativa à “história nacional”, ao sugerir uma reinterpretação que subverta a narrativa hegemônica, construída a partir das perspectivas dos grupos subalternos, refletindo uma resistência à versão única da história que sustenta o sistema racista brasileiro, uma estrutura que se perpetua por meio das instituições religiosas, científicas e do Estado.

A crítica à História positivista, que desconsidera a oralidade como elemento fundamental para a compreensão e interpretação das temporalidades, está intimamente ligada à necessidade de se trabalhar com uma nova abordagem historiográfica, cuja

perspectiva, ao priorizar as múltiplas vozes e as práticas sociais dos grupos marginalizados, destaca a importância das narrativas como algo vivido e transmitido, como tradição que mobiliza identidades e é mobilizada por mentalidades, e não apenas como um conjunto de fatos documentados. A oralidade, como destaca Machado, é um elemento essencial para a conservação da tradição, dos mitos e das lendas, sendo por meio dela que a história é construída. Em suas palavras: “é por meio dessa oralidade que a palavra se faz como elemento produtor da história, elemento formador da essência da comunidade, do indivíduo, de tudo que existe, é uma força que deve ser potencializada no ensino da cultura africana e afrobrasileira” (Machado, 2012, p. 10).

No contexto africano, especialmente no lado Ocidental, os Djélis são a materialização de Ananse nas comunidades, responsáveis por capturar e retransmitir as histórias, garantindo que essas memórias não se percam, são eles que desempenham o papel de preservadores das memórias, mestres das palavras e mediadores sociais. A fim de assegurar que as histórias sejam transmitidas de maneira eficaz e não sejam esquecidas, os Djélis utilizam a música, a dança e o tambor como metodologias centrais, formas de expressão que capturam a atenção e facilitam a circulação das memórias dentro da comunidade (Pessoa, 2017).

O termo “djéli”, que significa “sangue”, é emblemático, pois, assim como o sangue circula no corpo humano e mantém a vida, a palavra circula e mantém vivas as sociedades africanas. Essa analogia sublinha a importância da oralidade não apenas como meio de comunicação, mas como um princípio vital para as relações sociais e culturais dentro das comunidades afro-diaspóricas. Ao transcender a comunicação, a palavra se torna o elo que preserva a conexão ancestral⁷, sendo traduzida e vivificada através do corpo nos terreiros, na valorização da natureza, na religiosidade, e na ligação com o território e a circularidade, aspectos fundamentais das sociedades africanas que foram trazidas para o Brasil (Petit, 2015).

Ananse, ao utilizar a oralidade como ferramenta para transmitir a cosmologia africana, revela o papel central da palavra na aprendizagem e na conexão com a ancestralidade. Neste processo, a oralidade não é apenas um meio de transmissão de conhecimentos, mas também um método de reverência aos mais velhos e às tradições que constituem os universos africanos das diversas civilizações escravizadas e trazidas ao Brasil.

Essa perspectiva demonstra que, longe de ser uma prática simples, a oralidade se configura como um sistema complexo de sabedoria, integrado a diversas formas de expressão cultural que são vitais para a preservação das identidades afro-brasileiras. Por outro lado, a história oficial, ao negligenciar a oralidade, não só marginaliza essas práticas culturais, mas também nega a pluralidade de experiências e subjetividades que constituem a verdadeira essência do Brasil. Ao impor uma narrativa única, muitas vezes

⁷Em contextos como as rodas de samba, marabaixo, bandaías, pagodes e terreiros, esses elementos são expressões da cosmovisão africana, pois incorporam a ancestralidade, a tradição oral, o corpo como fonte espiritual, a religiosidade e a circularidade (Petit, 2015).

voltada para a valorização de uma história escrita e positivista, o sistema historiográfico oficial oculta deliberadamente os saberes e a ancestralidade das comunidades afro-brasileiras, perpetuando um apagamento histórico que precisa ser confrontado.

No processo de contracolônização, a confluência atua como uma ferramenta crítica para dismantelar as dicotomias impostas pelo pensamento ocidental, como civilização versus barbárie ou moderno versus tradicional. Bispo (2023) aponta que essas dicotomias servem para hierarquizar e subjugar formas de vida que escapam à lógica colonial, contudo a confluência, ao contrário, permite pensar na coexistência de múltiplos paradigmas cosmológicos de forma relacional, mas sem imposição. É nesse ponto que o conceito se torna revolucionário ao subverter a lógica de um para muitos.

A necessidade, aqui, está atrelada à ideia de pertencimento e interdependência com todos os seres – humanos, não-humanos, deuses e espíritos – refletindo uma visão de mundo que se opõe à lógica colonial da separação e hierarquização. Nos quilombos, por exemplo, as tecnologias de saberes ancestrais são expressões dessa necessidade: elas não são pensadas em termos de produtividade ou vantagem, mas de harmonia e equilíbrio com a natureza, são práticas que sustentam a vida, que cuidam do território e que garantem a continuidade de uma cosmologia que valoriza a troca, o cuidado e a reciprocidade, em uma rede de interações que nos fazem necessários uns aos outros e ao mundo ao nosso redor.

Bispo conecta a confluência da oralidade e da ancestralidade ao próprio processo de reconstrução histórica e política das populações afropindorâmicas, destacando que é por meio dessa perspectiva que é possível superar as marcas da colonialidade e construir um futuro no qual os saberes e práticas marginalizados retornem ao centro do debate e da ação.

Ao propor a manutenção de um Brasil que se opõe radicalmente à estrutura imposta pela colonialidade, Nego Bispo não oferece uma teoria, mas apresenta uma alternativa profundamente enraizada na experiência e memória vivida, evidenciando o Brasil que o formou, aquele que “deu seus primeiros passos, como uma das bases de lançamento da *sua* (grifo nosso) trajetória. Uma memória maravilhosa” (Bispo, 2023, p. 10-11), cuja experiência concreta pulsa nele todos os dias, nos sons do canto dos pássaros, no caminho da roça, na construção das casas no quilombo feitas de adobe, e em todos os aspectos da “encruzilha de biomas” (Bispo, 2023, p. 38) que moldaram sua existência.

Nego Bispo, assim, se configura como um herdeiro de Ananse, cuja presença se faz viva pela força da palavra, entrelaçada por relações cosmológicas e transmitida através de uma fina seda composta por proteínas ancestrais, em processo de transmissão que se perfaz em meio de reconexão e reafirmação de identidades e saberes ancestrais, que se reconstróem cotidianamente por meio da oralidade e das práticas que sustentam a vida e a memória das populações afro-brasileiras.

Referências

- BARRETO, Fernanda Dias. *Ananse e as lutas tecidas diariamente*. Disponível em: http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2022/09/RESENHA_Ananse.pdf. Acesso: 15/11/2024.
- CARVALHO, José Jorge. Uma Voz Quilombola na Contra-colonização. In.: SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: UNB, 2015.
- DEUS, Zélia Amador de. *Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade*. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.
- MACHADO, Adilbênia Freire. *Ananse: educação, sociedade e práticas educativas*. Disponível em: <http://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/57/131.pdf>. Acesso: 23/11/2024
- PEREIRA, Marcos Paulo Torres Pereira. Tramas de Anansi: Identidade Narrativa em O Vendedor de Passados. In.: PEREIRA, Marcos Paulo Torres Pereira; LIMA, Francisco Wellington Rodrigues Lima (orgs.). *Olhos d'África: Pós-colonialismo e literatura africana*. Macapá: UNIFAP, 2019.
- PEREIRA, Marcos Paulo Torres Pereira. Memórias e Identidades em Narrativas Afro-Amazônicas: Resíduos, Resistências e Ensino de História Comunitária. In.: *Letras Escreve*. v. 14, n. 1, p. 88–105, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/194>. Acesso em: 20/11/2024.
- PENTEADDO, Leliane de Oliveira. *Tradição e Literatura Oral Africana: a perspectiva dos tradicionalistas doma, djélis e griots*. Foz do Iguaçu: UNILA, 2022.
- PESSOA, Mônica. *Existe um segredo entre nós: a trajetória do djéli Tomani Kouayté*. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/889/pdf>. p. 288-319. Acesso: 15/10/2024
- PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africanas na formação de professoras e professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombo: modos e significações*. Brasília/DF, INCTI, 2015.
- SANTOS, Antônio Bispo dos; SILVA, Gilvânia Maria da. Fuga, Escola e Oráculo. In.: FIRMEZA, Yuri (Org.). *Composto Escola: comunidades de sabenças vivas*. São Paulo: N-1 edições, 2022.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo, Ubu Editora/PISERAMA, 2023.